



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0019730-85.1999.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Fazenda Publica Municipal de Sao Carlos**  
 Requerido: **Lauser Comercio e Repres Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

### VISTOS.

**LAURA KARST CAMINHA** apresentou exceção de pré-executividade contra a **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, sustentando, em síntese, a ocorrência de prescrição e que o sócio da empresa executada, Sérgio Dario Lisboa Caminha faleceu há 12 anos, tendo a empresa sido encerrada a mais de 15 anos.

A excepta apresentou impugnação a fls. 162, aduzindo que a execução foi ajuizada antes do decurso do prazo prescricional; que a demora na citação não lhe pode ser atribuída, devendo retroagir à data da propositura da ação; que é o caso de se aplicar o artigo 2, § 3º da Lei 6.830/80 e que a executada compareceu a Juízo e teve ciência da execução.

A excipiente foi intimada a regularizar a representação processual, por várias vezes, quedando-se inerte.

Sua inércia levaria ao não conhecimento da exceção de pré-executividade. Ocorre que a prescrição é matéria de ordem pública e pode ser proclamada, inclusive, de ofício, conforme prescrito no artigo 267, § 3º, do Código de Processo Civil, o que passo a fazer.

A execução em questão diz respeito à cobrança de IPTU dos exercícios de 1993/1998 e foi ajuizada em 13/12/1999. Contudo, a empresa e o executado Sérgio foram citados somente em 11/11/03, sendo este o marco interruptivo da prescrição, já que ocorreu antes da edição da Lei Complementar 118/05 e não se aplica à hipótese o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

disposto n artigo 219, § 1º do CPC, pois a citação não ocorreu dentro do prazo legal e a sua demora se deveu aos inúmeros pedidos de suspensão feitos pela exequente e não à máquina judiciária.

Sendo assim, da constituição definitiva dos créditos, até a citação, decorreram mais de cinco anos, ensejando a prescrição.

Quanto à alegação de que a inscrição em dívida ativa é capaz de suspender prescrição do débito tributário, nos termos do art. 2º, §3º, da Lei 6.830/80, tem-se que a presente Execução Fiscal se refere a tributo, matéria inteiramente regulada pelo Código Tributário Nacional, sendo inadmissível o regramento do prazo prescricional ou decadencial por lei ordinária, nos termos do art. 146, III, b, da Constituição Federal.

Adotando esse entendimento o Supremo Tribunal Federal editou, inclusive, a Súmula Vinculante nº 8 que possui o seguinte verbete: “*são inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário*”.

De fato, a inscrição do crédito tributário em dívida ativa não tem qualquer implicação no curso do prazo prescricional.

Segundo escólio de Leandro Paulsen “A inscrição em dívida ativa constitui-se em mero ato interno da Administração. Não há previsão legal de notificação do contribuinte quanto à inscrição, tampouco qualquer implicação no curso do prazo prescricional. A cobrança amigável feita nesta fase, por Aviso de Cobrança, também não tem efeitos sobre a prescrição”.<sup>1</sup>

Nesse sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO- PRESCRIÇÃO – COBRANÇA DE IPTU. 1. A obrigação tributária nasce com o fato gerador, mas o crédito respectivo só se aperfeiçoa com o lançamento, fazendo nascer, a partir daí, um crédito que pode ser cobrado no curso dos próximos cinco anos. 2. **A inscrição do crédito na dívida ativa é mera providência burocrática, sem força para marcar algum termo prescricional.** 3 Somente a citação é capaz de interromper o prazo prescricional, não

<sup>1</sup> PAULSEN, Leandro. Direito Tributário à luz da doutrina e jurisprudência, 12ª ed. Ed. Livraria do Advogado, pág. 1.199



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

podendo ser considerado para tanto o disposto no CPC.4 Recurso especial provido.<sup>2</sup>(grifei)

O mesmo entendimento é corroborado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. ART. 2º, § 3º, DA LEI 6.830/80. PRAZO DE 180 DIAS. NÃO-APLICAÇÃO. SUPREMACIA DO ART. 174 DO CTN. 1. **O art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80, nos termos em que foi admitido em nosso ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação deve sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN.** Precedentes. 2. Prescrição reconhecida. 3. Recurso especial a que se nega provimento."<sup>3</sup>(grifei)

Ante o exposto, reconheço a prescrição do crédito tributário que está sendo cobrado, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 269, IV do Código de Processo Civil e determino a extinção da execução.

P R Int.

São Carlos, 28 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>2</sup>REsp 808328/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, julgado em 25/04/2006, DJ 30/06/2006

<sup>3</sup>REsp 611.536/AL, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/ Acórdão Min. José Delgado, 1ª Turma, julgado em 10.4.2007, DJ 14.5.2007